



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

GOVERNO MUNICIPAL

SÃO PEDRO DA ALDEIA
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

TERMO DE REFERÊNCIA

PMSPA
Folha Nº 94
Rubrica

Proc. Nº 4031/20
Folha Nº 26
Rubrica 40

1. DO OBJETO

- 1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto aquisição 02 (dois) veículos novos, zero quilômetro tipo "Van/Minibus" para o transporte escolar da Secretaria Municipal de Educação do Município de São Pedro da Aldeia
- 1.2 O prazo de garantia, contra vício(s), defeito(s) de fabricação e desgastes anormais desta, não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo, sem limite de horas/quilometragem.
- 1.3 Todos itens deverão ser originais, devendo ser comprovado através de catálogo/prospecto.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 A aquisição do veículo tipo "Van/Minibus" para transporte escolar é destinada a efetuar o transporte de alunos do Município de São Pedro da Aldeia e visa contribuir na frota de veículos da Secretaria de Educação, a fim de viabilizar o transporte dos alunos com maior segurança e confiabilidade.

3. DETALHAMENTO DO OBJETO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.
01	<p>Aquisição de "Van" zero KM; original de fábrica; na cor Branca ou Prata, 16 lugares sendo (15 passageiros + 01 motorista), ano/modelo 2022, preferencialmente branca; motor a diesel com potência mínima de 130 CV, alimentação a diesel turbo Inter cooler eletrônico 4 cilindros, com tração traseira ou dianteira, cambio sincronizado com no mínimo 5 marchas a frente e 1 a ré; ar-condicionado para o motorista e conduto central no teto na parte traseira para distribuição no compartimento de passageiro original de fabrica; volante ajustável; air-bag motorista e acompanhante; vidros elétricos; cinto de segurança dianteiros laterais retrateis e regulares a altura; direção hidráulica ou elétrica; desembaçador do vidro traseiro; freios ABS; controle de estabilidade; tacógrafo digital; stribo lateral; farol de neblina; tapetes emborrachados; pneus no mínimo 215/75 R16; tanque de combustível de no mínimo 80 litros; hodômetro geral e parcial digital; porta traseira dupla e lateral corredeja direita, trava de segurança contra abertura interna da porta lateral corredeja, com entre eixo de no mínimo de 4.030MM, com comprimento mínimo de 5990MM, altura mínima de 2520, e todos os equipamentos de segurança exigido pelo COTRAN.</p> <p>Garantia de no mínimo 12 (doze) meses sem limites de quilometragem a partir da emissão fiscal. Assistência técnica com oficinas autorizadas na capital do Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>O veículo deverá ser entregue emplacado e licenciado como Van/Minibus em nome da Secretaria Municipal de Educação - RJ, de acordo com as normas do DENATRAN; O veículo deverá ser entregue com todos os equipamentos de série e componentes de segurança obrigatórios, não especificados, exigidos pelo CONTRAN.</p> <p>Demais especificações conforme Anexo I do Termo de Referência.</p>	02



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

GOVERNO MUNICIPAL

São Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

(Continuação do Termo de Referência para Aquisição de Van)

PMSPA
Proc. N.º 1031
Folha N.º 98
Rubrica

27

NP

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 4.1 O objeto a ser contratado é de natureza comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º da Lei 10.520 de 2002.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 5.1. O prazo de entrega é de 90 (noventa) dias, em remessa única, contados do recebimento da ordem de fornecimento, juntamente com respectiva Nota de Empenho, que será enviada via email/fax ao setor responsável do Fornecedor.
- 5.2. Os veículos serão entregues no endereço Rua Francisco Santos Silva - nº 479, Nova São Pedro, São Pedro da Aldeia - RJ, CEP 28941-186, na Secretaria Municipal de Educação.
- 5.3. O recebimento dos veículos far-se-á pelos Fiscais designada pela autoridade competente.
- 5.4. No ato da entrega os veículos deverão estar emplacados no Município de São Pedro da Aldeia, juntamente com as seguintes informações de cada veículo: placa, chassi, marca e modelo. Esta etapa deve ser cumprida.
- 5.5. O **RECEBIMENTO PROVISÓRIO** se dará no ato da entrega em local indicado pela Contratada.
- 5.6. A Contratada deverá notificar a Contratante com antecedência mínima de 15 dias úteis para a realização do recebimento provisório.
- 5.7. Após a entrega do veículo no endereço mencionado acima, os fiscais efetuará vistoria para verificar se houve danos no transporte dos veículos, se os veículos estão emplacados. Não havendo pendências, os fiscais encaminhará para a Administração SEMED um Relatório de Entrega dos Veículos.
- 5.8. O prazo de entrega estipulado poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, mediante solicitação formal da CONTRATADA, devidamente justificada, e posterior aceitação pela ADMINISTRAÇÃO SEMED.
- 5.9. O **RECEBIMENTO DEFINITIVO** ocorrerá em até 15 (quinze) dias úteis após a emissão do Relatório de Entrega dos Veículos, desde que todos os veículos constantes do contrato tenham sido entregues conforme despachados, sem danos ou avarias, emplacados, conforme descrito no item 5.6.
- 5.10. É de inteira responsabilidade da Contratada a entrega dos veículos dentro do prazo estipulado no contrato, bem como a devida reparação/substituição quando constatado, pela Contratante, não estarem em conformidade com as especificações, devendo observar o prazo estipulado no item OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.
- 5.11. O Fiscal anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 5.12. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal deverão ser encaminhadas ao Ordenador de Despesa do Contrato, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.
- 5.13. O recebimento pela Contratante não modifica, restringe ou elide a plena responsabilidade da Contratada de entregar os veículos de acordo com as condições



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

(Continuação do Termo de Referência para Aquisição de

PA
Panc N° 4031
Folha N 99
Rub

contidas no Edital e na proposta de preços, nem invalida qualquer reclamação que a Contratante venha a fazer em virtude de posterior constatação de unidade defeituosa ou fora de especificação, garantida a faculdade de troca/reparação.

- 5.14.** Incumbe à Contratada sustar, rejeitar, mandar fazer ou desfazer qualquer objeto que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas, no todo ou em parte.
- 5.15.** A fornecedora será responsável pela entrega e ou recolhimento do material, incluindo custos com frete.
- 5.16.** A qualquer tempo após o recebimento definitivo dos veículos, se por ocasião de sua utilização normal, vier a ser constatada discrepância com as especificações exigidas no edital, a Contratada deverá proceder à substituição integral ou reparação dos itens que estiverem em desacordo, conforme despacho fundamentado da equipe técnica da Contratante, nos prazos estabelecidos no item OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.
- 5.17. Observações complementares:**
- 5.18.** As substituições de peças e a mão-de-obra, quando das revisões em garantia, deverão atender às normas técnicas de fabricação, e estarão sujeitas às obrigações praticadas no mercado, nos termos das legislações pertinentes e subsidiárias;
- 5.19.** Caso algum veículo, dentro do período de 90 (noventa) dias contados do recebimento definitivo, vier a apresentar defeitos sistemáticos de fabricação, devidamente comprovados pela frequência de manutenções corretivas realizadas em concessionárias da fabricante, deverá ser substituído no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos.
- 5.20.** O prazo para substituição iniciará a partir da data da notificação da Contratada.
- 5.21.** A empresa deverá fornecer certificado de garantia em documento próprio ou anotação impressa ou carimbada na Nota Fiscal respectiva.
- 5.22.** O certificado de garantia e deverá informar de maneira clara e adequada a forma, o prazo e o lugar em que poderá ser requerida a garantia, devendo ser entregue, devidamente preenchido pelo fornecedor, no ato do fornecimento, acompanhado de manual de instalação e/ou uso do produto, se couber.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

- 6.1.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 6.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 6.1.3.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, bem como acerca de desvios de condutas, irregularidades, fraudes ou atos ilícitos, praticados na execução do contrato;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

(Continuação do Termo de Referência para Aquisição de Var)

GOVERNO MUNICIPAL
San Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA
Proc N° 4031
Folha N° 100
Rubrica
29

- 6.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 6.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 6.1.6. Não praticar atos para ingerência na administração da empresa contratada, especialmente quanto a direcionamento de escolha de possíveis trabalhadores;
- 6.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, concernentes ao objeto do Contrato.
- 6.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 7.2. Efetuar a entrega do material em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *Marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;
- 7.3. Fornecer manual do veículo, manual dos sinalizadores acústico/visual, juntamente à cartilha da rede de assistência técnica da empresa adaptadora, todos no idioma português.
- 7.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo 15 (quinze) dias, o objeto com avarias ou defeitos;
 - 7.5.1. a) 15 (quinze) dias úteis para defeitos nos itens de sinalização acústica, visual e de comunicação (barras sinalizadoras, luz estroboscópica, sirene, megafone e rádio de comunicação);
 - 7.5.2. b) 22 (vinte e dois) dias úteis para os demais defeitos.
 - 7.5.3. c) Prazos prorrogáveis por até 3 (três) vezes, mediante justificativa, onde seja demonstrada a complexidade do reparo.
- 7.6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

(Continuação do Termo de Referência para Aquisição de Van)

GOVERNO MUNICIPAL
SÃO PEDRO DA ALDEIA
P.M.S.P.A. - QUALIDADE DE ENSINO
Proc N° 4031
Folha N 101
Rubrica

- 7.8. Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente ou por seus empregados ou prepostos, à Contratante ou a terceiros na execução do objeto do certame;
- 7.9. Manter, por todo o período da execução contratual, as condições que garantiram a sua habilitação, incluída a regularidade perante o INSS, FGTS e Fazenda Pública;
- 7.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 7.11. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias etc.
- 7.12. Atender solicitações da Contratante no prazo máximo de 48 horas, mediante atendimento telefônico, e-mail ou Whats App, para resolução de problemas de utilização dos veículos, bem como para esclarecimentos de dúvidas sobre a sua utilização.
- 7.13. Oferecer garantia técnica mínima, conforme previsto neste Termo de Referência, a contar da emissão do recebimento definitivo pela Contratante.
- 7.14. Não transferir a outrem a execução do objeto do contrato, no todo ou em parte, sem a prévia e expressa anuência da Contratante.
- 7.15. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, existentes ao tempo da contratação ou por vir, resultantes da execução do contrato, salvo os fatos previstos pela teoria da imprevisão aludidos na legislação e doutrina administrativa.
- 7.16. Entregar os veículos dentro do prazo estipulado em contrato, em perfeita sintonia com todas as exigências e especificações do Edital e deste Termo de Referência, sob pena de aplicação de penalidade, nos termos contratuais e editalícios.
- 7.17. Entregar os veículos devidamente emplacados e licenciados nos locais indicados no subitem 5.2, com a quitação dos tributos e encargos devidos, tais como taxa de licenciamento, seguro obrigatório – DPVAT e eventuais débitos de penalidades.
- 7.18. Entregar os veículos caracterizados na cor e forma definidas nas respectivas especificações em anexo, inclusive fazendo-os constar no Certificado de Registro Licenciamento de Veículo, cadastrado no DETRAN, quando for modificada a cor original do veículo para atender a normativa da CONTRATANTE.
- 7.19. Entregar os veículos minimamente abastecidos de combustível com a capacidade mínima do tanque, uma vez que, os veículos novos necessitam realizar deslocamentos até o ponto de abastecimento conveniado pelo Município da Contratante, bem como, prevenir a ocorrência de qualquer tipo de pane por falta de combustível ao retirar os veículos, prevenindo possíveis prejuízos nas bombas de combustível dos veículos.
- 7.20. Garantir que a produção e montagem do bem, deverá estar de acordo com as características estabelecidas no presente Termo de Referência, bem como todas exigências técnicas e de segurança definidas pelas respectivas entidades competentes.
- 7.21. Responsabilizar-se exclusivamente, perante a CONTRATANTE, para cobertura das garantias referentes aos veículos e seus equipamentos acessórios, mesmo aqueles cuja fabricação não esteja diretamente relacionada com sua linha de produção.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO M S P A

GOVERNO MUNICIPAL

São Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

(Continuação do Termo de Referência para Aquisição de Van)

Proc N° 4531

Folha N° 102

Rubrica

31

- 7.22. Manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 7.23. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 7.24. 1) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 7.25. 2) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 7.26. 3) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou sede do contratado;
 - 7.27. 4) Certidão de Regularidade do FGTS –
 - 7.28. 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 10.2. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 10.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

- 11.1 Ocorrendo a entrega definitiva dos bens e a produção do Relatório de Entrega dos Veículos, após a devida atestação e regular liquidação, dar-se-á o pagamento, a ser



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

(Continuação do Termo de Referência para Aquisição de Van)

Proc N° 4031
Folha N 103
Rubrica

GOVERNO MUNICIPAL
São Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA
32

processado no prazo de até 30 (trinta) dias, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

- 11.2 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5o, § 3o, da Lei no 8.666, de 1993.
- 11.3 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 11.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, (*certidão Negativa de Débito Estadual e Municipal; comprovante de Regularidade Fiscal (FGTS); certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho conforme Lei nº 12.440/2011 e; Prova de regularidade de Tributos Federais e Dívida Ativa da União*); constatada por meio de consulta on-line, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei no 8.666, de 1993.
- 11.5 Constatando-se, junto aos sítios eletrônicos oficiais, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 11.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 11.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 11.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 11.9 Constatando-se, junto aos sítios eletrônicos oficiais, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5(cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 11.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº3, de 26 de abril de 2018.
- 11.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

(Continuação do Termo de Referência para Aquisição de Van)

Proc N° 4031
Folha N° 100
Rubrica

GOVERNO MUNICIPAL
SÃO PEDRO DA ALDEIA
CONTINUAÇÃO DA LICITAÇÃO PARA TODOS
38

- 11.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 11.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto aos sítios eletrônicos oficiais.
- 11.14 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no sítios eletrônicos oficiais, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 11.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 11.16 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 11.17 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

12. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

- 12.1 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é aquela prevista no anexo que trata das especificações técnicas do respectivo item, não inferior a 12 (doze) meses, para o veículo original de fábrica com as respectivas modificações exigidas pela Contratante.
- 12.2 A garantia da pintura e da carroçaria do veículo encontra-se descrita no Anexo-I das Especificações Técnica deste documento.
- 12.3 A garantia dos dispositivos de sinalização e de comunicação (Painel de controle dos dispositivos; Dispositivo de Prerrogativa e Equipamento de Comunicação) encontra-se descrita no Anexo-Idas Especificações Técnica deste Termo de Referência.
- 12.4 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

(Continuação do Termo de Referência para Aquisição de Van)

Proc N° 4031
Folha N 105
Rub 000

- 12.5 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 12.6 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 12.7 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 12.8 Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
 - b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - c) fraudar na execução do contrato;
 - d) comportar-se de modo inidôneo; ou
 - e) cometer fraude fiscal.
- 13.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contrato as seguintes sanções:
- I- Advertência: quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
 - II- Multa:
 - a) moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - b) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - III- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
 - IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO S.P.A.

GOVERNO MUNICIPAL

São Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

(Continuação do Termo de Referência para Aquisição de Van)

Proc N° 4031
Folha N° 106
Rubrica

4031/22
85

- 13.3 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "IV" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 13.4 As sanções previstas nos subitens "I", "III", "IV" e "V" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 13.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei no 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 13.6 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 13.7 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 13.8 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 13.9 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei no 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei no 9.784, de 1999.
- 13.10 O valor da multa aplicada deverá ser recolhido à Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação, podendo o valor ser descontado na ocasião de seu pagamento, ao exclusivo critério da Administração e respeitando o prazo supracitado.
- 13.11 O não recolhimento da multa no prazo assinado implicará a sua inscrição na dívida ativa municipal, para cobrança judicial.
- 13.12 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 13.13 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei no 12.846, de 1o de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 13.14 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei no 12.846, de 1o de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 13.15 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

(Continuação do Termo de Referência para Aquisição de Van)





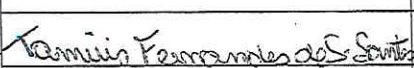
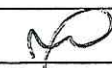
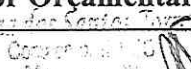

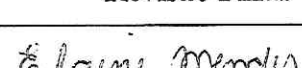
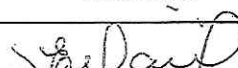
P M S P A
Proc. N° 4031
Folha N° 107
Rubrica RCB

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 14.1 Nos termos dos artigos 14 e 38 da Lei Federal nº. 8.666/93 está comprovada a existência dos recursos orçamentários para fazer face a despesa, bem como indicação da fonte de recursos que será utilizada para o pagamento das despesas decorrentes da contratação. Os recursos financeiros a serem destinados para a despesa estão assegurados nas seguintes dotações orçamentárias, conforme previstos na Lei Municipal nº. 1.624 de 22 de novembro de 2017, como segue:

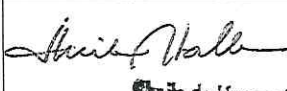
12.367.026.2.450 - Transporte Escolar - E. ESPECIAL - Fonte 24


15. CONTROLE DE ELABORAÇÃO E REVISÃO

Setor Solicitante	Matrícula	Rubrica
 38577 Elaborador	38577	
 38205 Revisão	38205	
 38.637 Revisor Orçamentário	38.637	
 38408 Revisão Final	38408	
 37861 Revisão Final	37861	

16. DA SOLICITAÇÃO E APROVAÇÃO

- 16.1 Aprovo o presente Termo de Referência e a contratação do serviço requisitado, por constituir o seu objeto uma demanda da Secretaria Municipal de Educação e dada a legalidade do processo, conforme legislação vigente, bem como por ter cumprido os princípios da Administração Pública.

Ordenador de Despesa	Portaria	Rubrica
Sheila de Moraes Santos Atalla Secretária Municipal de Educação	611/2022	 Sheila de Moraes Santos Atalla Secretária Municipal de Educação Mat. 37.972 - FMSPA

P.M.S.P.A. SEMED
Proc. N° 4031/2022
Folha N° 36
Rubrica. 

São Pedro da Aldeia, em 07 de Abril de 2022.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



(Continuação do Termo de Referência para Aquisição de Van)

P M S P A		SEMED
Proc N°	4031	4031/22
Folha N°	108	
Rub	200	37
Rubrica		<i>[assinatura]</i>

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS VAN DE PASSAGEIROS

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS

- 1.1. Veículo automotor, zero km, tipo van, teto alto, para o transporte de passageiros.
- 1.2. Data de fabricação/modelo igual ou posterior à data de realização do pregão;
- 1.3. Registro e emplacamento sob responsabilidade da CONTRATADA, em nome da CONTRATANTE;
- 1.4. Capacidade para, no mínimo, 15 (quinze) passageiros + 01 (um) motorista;
- 1.5. Peso Bruto Total (PBT) de, no mínimo, de 3.750 kg;
- 1.6. Assentos revestidas em courvín de alta qualidade, facilitando a higienização;
- 1.7. Assentos reclináveis, dispensados aqueles alocados na última fileira;
- 1.8. 09 (Nove) poltronas individuais reclináveis, confeccionadas em estrutura de aço tratado revestidas em couvin e espuma soft, com apoio de cabeça e cinto de segurança abdominal retrátil;
- 1.9. Volante com ajuste de altura;
- 1.10. Direção hidráulica ou elétrica (original de fábrica).
- 1.11. Porta lateral deslizante.
- 1.12. Motor a diesel, com turbo compressor e intercooler;
- 1.13. Potência no mínimo de 130 cv.
- 1.14. Motor de 04 cilindros em linha;
- 1.15. Injeção eletrônica, computador de bordo.
- 1.16. Cambio com no mínimo 06 (seis) marchas frente + ré.
- 1.17. Tanque de combustível de no mínimo 80 litros de diesel.
- 1.18. Freio hidráulico a disco em todas as rodas;
- 1.19. Controle de Estabilidade e Sistema ABS;
- 1.20. Airbag para motorista e passageiro;
- 1.21. Dimensões mínimas:
 - 1.21.1. Rodas de liga leve ou aço com calota completa de medidas compatíveis com o pneu utilizado ou parcial (proteção parafusos), montadas com pneus novos idênticos aos do veículo original de fábrica, inclusive índices de velocidade e carga suportada;
 - 1.21.2. Pneus/rodas 215/75 R16, de acordo com a recomendação do fabricante.
 - 1.21.3. Saídas de emergência.
 - 1.21.4. Cinto de segurança para todos os ocupantes do veículo
- 1.22. Tacógrafo Eletrônico/Digital aferido pelo INMETRO de acordo com o estabelecido pelo CONTRAN
- 1.23. Equipamentos obrigatórios em conformidade com a Resolução no 014/1998/CONTRAN e suas alterações, como:
 - 1.24. Roda sobressalente, compreendendo o aro e o pneu;
 - 1.25. Macaco, compatível com o peso e carga do veículo;
 - 1.26. Chave de roda;
 - 1.27. Chave de fenda ou outra ferramenta apropriada para a remoção de calotas
- 1.27.1. Dispositivo de sinalização luminosa ou refletora de emergência, independente do sistema de iluminação do veículo (triângulo);



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



(Continuação do Termo de Referência para Aquisição de Van)

P M S P A	
Proc N°	4031
Folha N°	109
Rub	005

1.28. DEMAIS CARACTERÍSTICAS:

- 1.29. Vidros elétricos travas em todas as portas e retrovisores elétricos originais de fábrica;
- 1.30. As portas laterais dianteiras deverão ser dotadas de fechadura de segurança e vidros dianteiros elétricos;
- 1.31. Sistema de Ar Condicionado original de fábrica para motorista e passageiros;
- 1.32. Iluminação interna conforme padrão de fábrica;
- 1.33. 01 (um) extintor de incêndio de ABC 04 kg com suporte para fixação;

P. M. S. P. A. SEMED	
Proc. N°	4031/22
Folha N°	88
Rubrica	[assinatura]

2. DIVERSOS

2.1. ACESSÓRIOS:

- 2.1.1. Deve vir equipado com todos os equipamentos de série e obrigatórios de segurança, tais como, no mínimo:
- 2.1.1.1. Extintor de incêndio tipo pó químico: 01;
- 2.1.1.2. Triângulo de segurança: 01;
- 2.1.1.3. Roda com pneu sobressalente: 01 ou mais de acordo com o fabricante;
- 2.1.1.4. 01 (um) macaco hidráulico (de acordo com o modelo do veículo);

2.2. DOCUMENTAÇÃO:

- 2.2.1. Os seguintes itens deverão ser fornecidos no idioma português (Brasil) impresso e/ou em formato eletrônico:
- 2.2.1.1. 01 (um) manual de operação e de manutenção básica;
- 2.2.1.2. 01 (um) manual de serviço e reparação do equipamento em oficina;
- 2.2.1.3. 01 (um) catálogo de peças e acessórios com os respectivos números de referência de fábrica de todos os seus itens de reposição;
- 2.2.1.4. Relação da rede de assistência técnica no território nacional;

3. ADAPTAÇÕES

3.1. SISTEMA ELÉTRICO.

- 3.2. Trava elétrica de fechamento e abertura de todas as portas;
- 3.3. Chave seletora de faróis em que um das posições mantenha os faróis baixos permanentemente ligados enquanto o motor estiver ligado, e que se desliguem juntamente com o veículo. Caso o veículo possua iluminação diurna original de fábrica, esta deve ser desligada juntamente ao farol;
- 3.4. Conjunto de cabos paralelos (CABO DE COBRE ISOLADO COM DIÂMETRO MÍNIMO DE 16 mm COM CAPACIDADE PARA CONDUÇÃO DE 600 A DURANTE 30 SEGUNDOS), emborrachados, com garras tipo jacaré revestidas por material isolante, e comprimento mínimo de 3 metros.

4. PINTURA E DISPOSIÇÕES GERAIS

- 4.1. A cor deverá ser predominantemente prata/branca, em pintura sólida ou metálica;
- 4.2. Os veículos deverão receber placas oficiais, de acordo com a Resolução n° 780, de 26 de junho de 2019, e suas alterações.

5. GARANTIA TÉCNICA

- 5.1. A empresa deverá fornecer, junto aos objetos a serem adquiridos, documentos de certificação do fabricante de que está apta a assegurar em seu nome a garantia técnica, inclusive dos veículos com adaptações, de forma a manter o atendimento em rede autorizada em todas as unidades da federação para solução de eventuais discrepâncias observadas na utilização dos veículos, sendo que a garantia deverá ser total, sem ressalvas em relação aos acessórios instalados pela empresa, com cobertura aos seguintes quesitos:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

(Continuação do Termo de Referência para Aquisição de Van)

GOVERNO MUNICIPAL
São Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

PMSPA	
Proc. N°	4031
Folha N°	110
Rub	100

- 5.2. Garantia Total de 12 (doze) meses, no mínimo, para o veículo original de fábrica;
- 5.3. O período de garantia total do veículo original de fábrica (em meses ou em quilômetros), não poderá ser inferior à garantia oferecida para o mesmo veículo de série disponível ao mercado.
- 5.4. Garantia Total de 36 meses, no mínimo, para a pintura e carroçaria do veículo, incluindo o grafismo padrão exigido pela CONTRATANTE.
- 5.5. O sistema elétrico deve ser totalmente compatível com as modificações exigidas e possuir a garantia, observando que a bateria deve possuir seu nível máximo de carga no momento da entrega, sendo passível a troca imediata caso comprometa o funcionamento de partida.
- 5.6. Os prazos dos subitens anteriores serão interrompidos durante o período em que o veículo permanecer indisponível aguardando as providências para reparação ou em manutenção pela CONTRATADA.

6. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 6.1. É vedado à empresa contratada opor qualquer restrição de garantia/assistência técnica constantes no manual do fabricante ou em outro instrumento da fábrica, haja vista que a presente contratação prevê serviços e peças a serem fornecidos pela contratada, sendo que a participação da empresa na licitação configura a aceitação plena das condições exigidas.

P.M.S.P.A. SEMED	
Proc. N°	4031/22
Folha N°	39
Rubrica	100